

A IMPORTÂNCIA DA PEDAGOGIA HISTÓRICO-CRÍTICA NA EDUCAÇÃO DO CAMPO

THE IMPORTANCE OF THE HISTORICAL-CRITICAL PEDAGOGY IN THE RURAL EDUCATION

LA IMPORTANCIA DE LA PEDAGOGÍA HISTÓRICO-CRÍTICA: EN LA EDUCACIÓN EN EL CAMPO

Ana Cristina Hammel¹
Maria Eloá Gehlen²

RESUMO: O tema é a importância da pedagogia histórico-crítica na educação campo - Ciências Sociais e Humanas, na Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), em Laranjeiras do Sul, no Paraná. Visa-se compreender a aplicação desta pedagogia na educação do campo. A metodologia é um estudo de caso com referências bibliográficas. O resultado aponta para a valiosa contribuição desta pedagogia na sua efetivação na educação do campo.

Palavras-Chave: Pedagogia Histórico-Crítica. Educação do Campo. Contribuições.

ABSTRACT: The theme is the importance of Historical-Critical Pedagogy in rural education - Social and Human Sciences, at the UFFS, at the Laranjeiras do Sul, at the Paraná. The aim is to understand the application of this pedagogy in rural education. The methodology consists of a case study with bibliographic references. The result indicates the valuable contribution of this pedagogy in its effectuation on rural education.

Keywords: Historical-Critical Pedagogy. Rural Education. Contributions.

¹ Professora Adjunta da Universidade Federal da Fronteira Sul, Campus de Laranjeiras do Sul, PR, Doutora em História. Membro do Grupo de Pesquisa em Educação do Campo, Cooperação e Agroecologia (GECCA), e-mail.ana.hammel@uffs.edu.br, ORCID n.º <https://orcid.org/0000-0002-2236-8848>

² Professora Adjunta da Universidade Federal da Fronteira Sul, Campus de Laranjeiras do Sul, PR, Doutora em Educação. Membro do Grupo de Pesquisa em Educação do Campo, Cooperação e Agroecologia (GECCA), e-mail.maria.gehlen@uffs.edu.br, <https://orcid.org/0000-0003-3802-9434>

RESUMEN: El tema es la importancia de la pedagogía histórico-crítica en la educación de campo - Ciencias Sociales y Humanas, en la UFFS, en Laranjeiras do Sul, en Paraná. El objetivo es comprender la aplicación de esta pedagogía en la educación rural. La metodología es un estudio de caso con referencias bibliográficas. El resultado apunta al valioso aporte de esta pedagogía en su efectividad en la educación rural.

Palabras clave: Pedagogía Histórico-Crítica. Educación de Campo. Contribuciones.

1 INTRODUÇÃO

A Educação do Campo é uma conquista benéfica e profícua dos Movimentos Sociais Populares, também no estado do Paraná, mais principalmente na Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), no campus de Laranjeiras do Sul. Deste modo, este trabalho é desenvolvido visando compreender a aproximação da Educação do Campo e da Pedagogia Histórico-Crítica na formação de educadores do campo nessa universidade situada na região Centro-Sul do Paraná, no território da Cantuquiriguaçu, composto por 21 municípios em sua extensão.

Assim, parte-se do questionamento de perquirir-se a respeito da importância da Pedagogia Histórico-Crítica na Educação do Campo, neste local de ensino e aprendizagem em nível superior, para indígenas, quilombolas, pequenos agricultores, sem-terra e até mesmo cidadãos, tendo como foco mais específico a formação de professores, seja em nível inicial, seja em nível continuado.

Na pesquisa, a metodologia utilizada consta de um estudo de caso de caráter qualitativo, descritivo ao efetuar a revisão da literatura. Para Gil (2009), o método pode ser definido como o caminho a ser seguido para se chegar a determinado fim. Conforme esse autor, existem vários métodos e diversas classificações podem ser adotadas, na pesquisa. Marconi e Lakatos (2003) estabelecem que o método é um conjunto de ações adotadas de modo racional e sistemático em direção a um propósito final.

De maneira profícua, Orsolini e Oliveira (2013) entendem a pesquisa como um ato de liberdade. É um bilhete de passagem para sujeitos que se querem sujeitos. A

pesquisa legítima o ato de rebeldia de investigar, para formar o novo; para dar à luz ao conhecimento que dormiria latente dentro de tantas vidas que se manteriam estanques, não fosse o rebelde ato de investigar e fazer convergir para o mesmo discurso observações e teorias que, juntas, efervescem a pesquisa.

Na questão atinente ao estudo de caso, Yin (2005, p. 33) menciona que o estudo de caso, que ele chama de “estratégia de pesquisa”, compreende “um método que abrange tudo”, em uma investigação em que o fenômeno e o contexto quase se mimetizam em situações da “vida real”. Yin (2005) defende a aplicabilidade do estudo de caso a “fenômenos individuais, organizacionais, sociais, políticos e de grupo, além de outros fenômenos relacionados” (YIN, 2005, p. 20).

O resultado aponta para contribuição relevante e atual desta pedagogia mediante sua efetivação na educação do campo. A partir da análise da educação do campo no contexto da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), no campus de Laranjeiras do Sul, mais especificamente nos cursos de formação inicial e continuada de professores buscamos o diálogo entre a Educação do Campo e conceitos fundantes da Pedagogia Histórico-Crítica.

2 APRESENTANDO A EDUCAÇÃO DO CAMPO NA UFFS, EM LARANJEIRAS DO SUL, NO PARANÁ

Fruto da mobilização dos Movimentos Sociais Populares (MAB, MST, MPA, MMA), das Prefeituras e da sociedade civil da região foi possível construir a Universidade Federal Fronteira Sul (UFFS), o qual teve no seu nascedouro um projeto de ensino público, democrático e popular, na região sul do país, no governo do Presidente Lula. Essa universidade localizada na região sul do país teve no seu nascedouro, realizado no governo do presidente Lula, um projeto de ensino público, democrático e popular. Ela possui 6 campus: 1 em Realeza e 1 em Laranjeiras do Sul (Paraná), 1 em Chapecó (Santa Catarina) e 1 em Erechim, 1 em Cerro Largo e 1 em Passo Fundo (Rio Grande do Sul). Ela decorre da Lei n.º 12.029 de 15 de setembro de 2009.

O município de Laranjeiras do Sul, no Paraná, inscreveu-se nesta mobilização. O campus universitário foi construído dentro do assentamento 8 de Junho (fruto da reforma agrária e da luta dos camponeses sem terra), iniciando suas atividades acadêmicas em 2010.

Considerando o contexto histórico-regional-nacional dos últimos anos, a Educação do Campo inscreve-se no terreno da luta de classes, marcada por reivindicações dos direitos sociais, entre eles o direito à educação e ao ensino superior. Ela ocorre a partir da afirmação econômica, política, social e cultural de diferentes sujeitos históricos, os quais se inserem nas lutas dos camponeses pobres, indígenas, quilombolas e os diversos tipos de assalariados vinculados à vida e ao trabalho no meio rural, assim como pequenos agricultores. Todos esses sujeitos se afirmam enquanto agentes de transformação social.

Ainda nos anos 2000, vimos uma ascendência em todos os estados brasileiros entorno da política educativa que previa ações para as escolas localizadas no campo. Neste sentido vários documentos legais em âmbito nacional compuseram um arsenal que permitiu reivindicar ações concretas nas federações.

Na região de Laranjeiras do Sul, a Carta de Porto Barreiro, construída durante a Conferência Estadual de Educação do Campo, no ano de 2000 demarca a criação da Articulação Paranaense por uma Educação do Campo, além da pautar este estado para ter políticas públicas para os camponeses. No ano de 2003 foi criado no Paraná o Departamento de Educação do Campo, junto a secretaria de estado da educação e no ano seguintes são reconhecidas as Escolas Itinerantes em acampamentos do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

Os cursos de Licenciatura em Educação do Campo se tornaram uma conquista dos camponeses e aconteceram em diversas universidades, fruto das mobilizações nacionais em defesa de uma educação no/do campo de qualidade. Por isso, existe a urgência de fortalecer a Educação do Campo como uma necessidade histórica para os camponeses, indígenas, quilombolas, ribeirinhos, faxinalenses, fundo de pasto e os assalariados rurais.

Eles possuem a compreensão do quadro social em que ela se inscreve e a necessidade de se ter claro quais são as finalidades desse tipo de organização na construção de conhecimento, uma vez que a educação não é neutra e nenhum projeto pedagógico está isento das lutas de classes que atravessam a sociedade.

Caldart (2004) é enfática ao afirmar que a Educação do Campo surge a partir da preocupação dos sujeitos e dos movimentos sociais em promover processos educacionais para a consolidação dos valores, princípios e modos de ser e de viver daqueles que integram o campo.

É instigante o pensamento de Leite (1999) ao explicitar que a educação rural no Brasil, por motivos socioculturais, sempre foi relegada a planos inferiores e teve por retaguarda ideológica o elitismo acentuado do processo educacional instalado pelos jesuítas, contando com a interpretação político-ideológica da oligarquia agrária, conhecida popularmente na seguinte expressão: "gente da roça não carece de estudos. Isso é coisa de gente da cidade".

A Educação do Campo nutre-se da educação popular. Paludo (2001) sinaliza que foi nos anos de 1960, com Paulo Freire, que no Brasil se tem, pela primeira vez, de forma consistente, uma pedagogia anunciada das classes populares. A autora explica que a educação do/no campo nasceu como uma prática educativa que se propõe a ser diferenciada, isto é, compromissada com os interesses e a emancipação das classes subalternas.

Arroyo (2000), um dos enriquecedores da Educação do Campo, relembra um dos capítulos tão fecundos na história da educação latino-americana: a educação popular e o pensamento de Paulo Freire. Ambos nasceram colados à terra e foram cultivados em contato estreito com os camponeses, com suas redes de socialização, de reinvenção da vida e da cultura. Nasceram percebendo que o povo do campo também tem seu saber, seus mestres e sua sabedoria.

Por sua vez a Pedagogia Histórico-Crítica colada as demandas sociais de seu tempo busca em seus pressupostos responder aos anseios dos trabalhadores apostando na

escola pública, no aprendizado dos conhecimentos científicos e no intelectual orgânico como meios para formação da classe trabalhadora, capaz romper com a exploração do ser humano e da natureza. Vivendo um momento histórico pós ditadura o pensamento de Demerval Saviani, se propõe a responder ao campo progressista, ao formular uma pedagogia que nortearia a formação crítica tão necessária após período de obscurantismo da ditadura militar e que ainda permeia a atualidade.

Da formação social e cultural dos movimentos sociais populares, nasceram diferentes projetos pedagógicos, entre os quais a concepção de Educação do Campo se inscreve e faz parte. O compromisso ético-político de uma Universidade, com a formação de novos educadores e educadoras, precisa partir concretamente da sua base material. Aliado a isso, tem-se o compromisso com a formação de professores da educação básica pública, em conformidade com os objetivos e princípios da Política Institucional da UFFS para a Formação Inicial e Continuada de Professores da Educação Básica (PPC, 2020).

Assim, entre outras graduações, originou-se, em 2012, na UFFS, no campus de Laranjeiras do Sul-PR, a Educação do Campo – Ciências Sociais e Humanas Licenciatura, para suprir o vácuo na formação de educadores para atuar nas escolas do campo. Esse curso de licenciatura utiliza a Pedagogia da Alternância com Tempo Universidade (TU) e Tempo Comunidade (TC).

Até o presente momento, 8 turmas iniciaram suas atividades, sendo que 5 turmas já concluíram a graduação. Em setembro de 2021, a UFFS – Campus Laranjeiras do Sul-PR possuía 101 estudantes com matrícula ativa, além de 62 já terem se graduado nesse Curso (informações obtidas no Serviço de Atendimento ao Estudante - SAE da UFFS, em 27/09/2021).

Inicialmente, as 6 primeiras turmas vivenciaram seus estudos, nas aulas e nos trabalhos pedagógicos que ocorriam no Centro de Desenvolvimento Sustentável e Capacitação em Agroecologia (CEAGRO), no município de Rio Bonito do Iguçu. Além dessas, foram abertas 2 turmas na Casa Familiar Rural no Município de Candói-PR, localizado a 80 quilômetros da UFFS, congregando indígenas de origem Kaingang e

Guarani, assim como pequenos agricultores de cidades próximas. As duas próximas turmas que iniciarão em 2022 terão por sede a Casa Familiar Rural do Município de Porto Barreiro-PR, distante 16 quilômetros da UFFS.

O curso possui como objetivo oportunizar a formação de educadores para a educação formal e não formal de ensino, considerando as especificidades dos povos do/no campo e da educação básica. Mediante abordagem interdisciplinar, o curso habilitará os egressos como profissionais licenciados para o exercício da Educação do Campo, aptos a atuarem no ensino das Ciências Sociais e Humanas, capazes de promover a interdisciplinaridade entre as áreas específicas do curso: Geografia, Filosofia, História e Sociologia. Os egressos também podem atuar na gestão educacional, na coordenação pedagógica e na produção e difusão do conhecimento. Outro campo de atuação do curso é no Projeto da Escola da Terra, desenvolvido com professores municipais, que atuam nos anos iniciais do Ensino Fundamental.

A necessidade da interdisciplinaridade surge a partir do entendimento de Frigotto (2010), no sentido de que a produção do conhecimento precisa fundar-se no caráter dialético da realidade social que é, ao mesmo tempo, una e diversa e na natureza intersubjetiva de sua apreensão. Esse fato exige que se faça a distinção dos limites reais dos sujeitos que investigam e dos limites do objeto investigado.

A necessidade da interdisciplinaridade é atual e relevante em tempos do novo Ensino Médio, por área de conhecimento (sancionado em fevereiro de 2017), que exige um ensino e uma aprendizagem em sincronia com a legislação atual, destarte também alimentada pela globalização e a internacionalização do conhecimento,

Além da formação inicial de educadores em Educação do Campo – Ciências Sociais e Humanas, a formação continuada nas escolas do campo tem sido percorrido pelos docentes vinculados a educação do campo da UFFS, atuando em diferentes projetos e programas de pesquisa e extensão junto as escolas e comunidades camponesas, dentre este destacamos o Programa de Formação Continuada de Educadores Escola da Terra.

Desde 2015 já foram ofertadas quatro edições do programa que ocorre em todas as regiões do estado, buscando problematizar e contribuir na formação continuada dos educadores que atuam nas escolas do campo, sejam elas multisseriadas, multianos e escolas organizadas em ciclos de formação humana com complexos de estudos. Foram formados mais de 1000 professores, alguns desses trabalhavam a mais de 30 anos nessas escolas. O programa busca através da realidade/prática social, problematizar e instrumentalizar os educadores para o trabalho pedagógico com os educandos do campo.

A Educação do Campo distingue-se da Educação Rural, pois trata de uma proposta do Movimento Camponês para superar a Educação Rural que, associada aos processos de expropriação da terra e da subordinação dos agricultores, nega a esses trabalhadores, enquanto sujeitos de produção de conhecimentos, saberes e culturas (RIBEIRO, 2011).

No entendimento da autora acima citada:

A educação do campo projetada nesse processo coloca-se, então, como contraponto à existência de uma escola qualificada como “rural”. Historicamente, a escola rural tem-se prestado a disseminar a civilidade e os valores relacionados ao trabalho e à vida urbana, anulando, desta forma, os sujeitos que trabalham e vivem no campo, ou seja, os agricultores enquanto produtores de matérias primas, de conhecimentos, linguagens, culturas e artes. (RIBEIRO, 2011, p.25)

Também, importante na formação de educadores para as escolas no/ do campo o conceito gramsciano de intelectual orgânico cujos indivíduos, grupos e organizações sociais podem promover as condições de transformação da realidade, por mediação de modelos científico-filosóficas, educativo-culturais e políticos, trazendo “[...] novas relações entre trabalho intelectual e trabalho industrial, não apenas na escola, mas em toda a vida social” (GRAMSCI, 2004, p. 40), além de fazer a disputa da “hegemonia” na sociedade, visto que toda relação de hegemonia é necessariamente uma relação pedagógica (GRAMSCI, 1999). Assim a aproximação da Educação do Campo da

Pedagogia Histórico-Crítica se dão ao passo da formação desse sujeito capaz de incidir na sua realidade, na sua história e nas relações sociais do seu tempo e de sua classe.

3 O ENCONTRO DA EDUCAÇÃO DO CAMPO COM A PEDAGOGIA HISTÓRICO-CRÍTICA

Quando buscamos o encontro da Educação do Campo com a Pedagogia Histórico-Crítica, reconhecemos elementos de conexões entre duas tendências pedagógicas que apresentam similaridades sobretudo, no que se refere à preocupação com a transformação social do ponto de vista da superação da sociedade capitalista.

A Educação do Campo nasce em um contexto de negação do direito dos camponeses à educação formal e da luta pelo acesso à escola pública. Sua expressão mais forte está no acúmulo dos movimentos e das organizações sociais que, durante o final da década de 1990, criam a Articulação Nacional Por Uma Educação do Campo.

O contexto de luta por Educação do Campo está intimamente ligado a luta pela terra e pelo território, expressão do processo de luta de classes configurado no seio da sociedade brasileira, desde os primórdios da colonização dessas terras. A Pedagogia Histórico-Crítica, também inscrita na luta e na denúncia da exploração de classe no Brasil, durante a década de 1980 traz elementos importante, inclusive para análise do contexto da escolarização no campo brasileiro.

A pedagogia histórico-crítica se desenvolve a partir do pensamento de superação das teorias à críticas e/ou crítico-reprodutivistas e não dialéticas, já que essas não conseguem admitir a contradição como fator de movimento da história. Lançando mão da historicidade, da categoria da contradição e tendo a clareza da sociedade de classes como um fator marcadamente interrelativo na educação escolar, esta pedagogia consegue apresentar uma alternativa para superar o ensino notadamente burguês, que não atende aos anseios do campesinato brasileiro.

A intencionalidade deste projeto educativo é expressada no fato de ser, “[...] trabalho educativo é o ato de produzir, direta e intencionalmente, em cada indivíduo

singular, a humanidade que é produzida histórica e coletivamente pelo conjunto dos homens (SAVIANI, 2003, p. 13). Trata-se de lançar bases para um processo educativo que tenha por pressupostos a formação humana de cada indivíduo através da aprendizagem da cultura e dos saberes historicamente acumulados e produzidos. Assim, propõe situar cada estudante como sujeito na história, que a constrói mas, não só segundo a sua vontade mas também carrega em si a produção histórica coletiva.

Os desafios para a materialização de uma pedagogia progressista na atualidade continuam os mesmos da época de sua formulação: as discontinuidades das políticas públicas acrescidas de uma orientação neoliberal de retirada de conhecimentos e categorias centrais para a formação humana, o constante questionamento da escola e das suas práticas educativas, isto é, práticas de emancipação humana, consideradas subversivas e criminalizadas por setores conservadores da sociedade.

Além disso, a ascensão de interesses de empresários na educação nacional, configuradas nas disputas pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC), representou um retrocesso na aproximação dos conhecimentos escolares com a vida dos estudantes das escolas camponesas.

A partir da análise da Educação do Campo no contexto da UFFS no campus de Laranjeiras do Sul e, mais especificamente, dos cursos de formação inicial e continuada de professores, surge à necessidade de buscar o diálogo entre a Educação do Campo e conceitos fundantes da Pedagogia Histórico-Crítica.

Dentre as aproximações encontradas no exercício da práxis do trabalho de formação de educadores do campo, observa-se o método através do qual a imersão na realidade permite traçar estratégias educativas que possam gerar ações de transformação social. Nas palavras de Saviani (2013),

Em suma, a Pedagogia Histórico-Crítica dispõe-se a participar e contribuir nessa forte mobilização para assegurar uma educação sintonizada teórica e praticamente com o novo papel que cabe ao campo desempenhar na luta pela construção de uma sociedade que supere a divisão em classes por meio da socialização de todos os meios de produção e das forças produtivas em benefício da humanidade em seu

conjunto. Uma educação, em suma, que torne acessíveis aos trabalhadores do campo os conhecimentos produzidos pela humanidade permitindo-lhes, assim, incorporar em sua atividade os avanços tecnológicos sem o que não será viável o tão almejado desenvolvimento sustentável. Eis como a terra voltará a ser o celeiro e o laboratório da humanidade assegurando a todos e a cada pessoa humana uma vida em plenitude (SAVIANI, 2013, p. 13).

A realidade é um ponto central na prática pedagógica da Educação do Campo. É através dessa realidade que se encontra a prática social, ponto de partida da Pedagogia Histórico-Crítica, onde é possível traçar o caminho, ou seja, o currículo escolar a ser percorrido no processo formativo formal.

Nesse interim interessa o zelo pelo conhecimento sistematizado pela humanidade e pela sua apreensão pelos camponeses imersos na escola pública, uma vez que a Pedagogia Histórico-Crítica ensina que o ser humano nasce determinado pelas condições do meio físico, mas também por toda sua carga cultural. Esse fato implica em considerar a larga produção humana no tempo e no espaço, já que a educação se constitui como “[...] o ato de produzir, direta e intencionalmente, em cada indivíduo singular, a humanidade que é produzida histórica e coletivamente pelo conjunto dos homens. Isso significa que o papel da educação é tornar os indivíduos contemporâneos à sua época” (SAVIANI, 2013, p. 01).

Trata-se de lançar as bases para um processo educativo que tenha por pressupostos a formação humana de cada indivíduo através da assimilação da cultura e dos conhecimentos historicamente acumulados e produzidos, propõe situar cada estudante como sujeito na história, que a constrói segundo a sua vontade e também carrega em si a produção histórica coletiva.

Esse processo organizado pela educação formal é mediado pelo adulto responsável (VIGOSTKY, 2007) no caso o professor que organiza o processo de aprendizagem dos estudantes. Assim, o/a educador/a assume um papel substancial no processo educativo, sendo sua formação alvo de preocupação constante se de fato

entendemos a escola como possibilidade de formação de sujeitos capazes de empreender mudanças na estrutura da sociedade capitalista.

A Educação do Campo habilita seus egressos para a docência. Porém, há um forte movimento de descrédito na figura do professor, ao qual é atribuído sob sua responsabilidade, em certa medida o fracasso da educação e da escola pública. No bojo da publicização, não faltam apoiadores da terceirização da educação e do papel do professor.

A obscuridade do momento vivido ainda não nos permite enxergar além, pois o que sabemos é que precisamos avançar na teoria pedagógica crítica, e ela nos dará elementos, subsídios relevantes para prosseguir na defesa de uma educação pública e emancipatória para a classe trabalhadora.

Quando pensamos na prática enquanto docentes comprometidos com a escola do campo e dos riscos frente a nova configuração do capitalismo, a teoria produzida na Pedagogia Histórico-Crítica nos assegura a necessidade da apropriação do conhecimento e do trabalho, ou seja na conexão entre o conhecimento e a materialidade, isso implica numa profunda e qualificada leitura da realidade. Neste sentido, a natureza da escola, do conhecimento e da própria educação do campo nos fornece as ferramentas necessárias para a ampliar nossa condição de análise e de traçar estratégias para luta em defesa dos princípios básicos da educação dos trabalhadores e da vida humana.

4 A FORMAÇÃO DE EDUCADORES DO CAMPO E O DIÁLOGO COM A PEDAGOGIA HISTÓRICO-CRÍTICA

A formação de educadores para atuar nas escolas do campo vem sendo pauta das reivindicações dos camponeses. Até o final da década de 1990, poucos eram os professores que possuíam ensino superior, ou formação específica para atuar nessas escolas.

Os cursos de licenciatura em Educação do Campo buscam suprir uma demanda histórica de negação à formação inicial de educadores do campo. Construídos no bojo dos

movimentos e organizações sociais do campo, esses cursos buscam dialogar com a necessidade de construção de um projeto sustentável para o campo brasileiro, o que significa romper com o agronegócio e a concentração de terras no Brasil. A primeira oferta foi realizada de forma experimental por 4 universidades federais, sendo elas: Universidade Federal de Brasília (UnB), Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Universidade Federal da Bahia (UFBA) e Universidade Federal de Sergipe (UFSE).

Na UFFS, no campus de Laranjeiras do Sul-PR, o primeiro Curso de licenciatura em Educação do Campo é ofertado logo na sua implantação, em 2009, por conta de a população estar inserida majoritariamente em municípios camponeses e com forte presença de áreas de reforma agrária no seu entorno.

No ano de 2012, a segunda licenciatura em Educação do Campo foi aprovada, fruto do edital 02/2012 SESU/SETEC/SECADI/MEC que, além da UFFS, beneficiou outras 42 instituições em nível nacional. Outra conquista importante para a formação de educadores do campo encontra-se no Decreto nº 7.352, de 4 de novembro de 2010, que dispõe sobre a Política de Educação do Campo (Procampo) e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronea), onde ganham destaque os conteúdos dos artigos 2º e 5º.

Em resposta a uma demanda dos camponeses à UFFS, o campus Laranjeiras do Sul vem ofertando o Interdisciplinar em Educação do Campo: Ciências Sociais e Humanas – Licenciatura, em regime de alternância, com a entrada anual de 40 acadêmicos que são selecionados a partir de um edital específico.

Neste Curso, observamos a aproximação entre a Educação do Campo e a Pedagogia Histórico-Crítica em 3 pontos específicos: a articulação com a comunidade de origem dos estudantes, via alternância pedagógica; a prática de ensino/ou estágios curriculares, no componente curricular de Teorias Pedagógicas, onde a Pedagogia Histórico-Crítica é aprofundada e na extensão universitária através da formação continuada de educadores do campo.

4.1 O regime de alternância e a aproximação com a realidade

Em seu Projeto Pedagógico Curricular (PPC), o curso Interdisciplinar em Educação do Campo: Ciências Sociais e Humanas – Licenciatura tem como uma das estratégias formativas a realidade onde os acadêmicos estão inseridos, ou seja, a prática social, ponto de partida e de chegada, segundo a orientação teórico-metodológica da Pedagogia Histórico-Crítica.

A prática social é a realidade vivenciada cotidianamente pelas populações do campo que afetam nas suas concepções de mundo. Saviani (2013) sugere que essa visão de mundo se dá de forma sincrética e precisa ser problematizada e instrumentalizada.

Segundo o PPC do curso o vínculo com a realidade busca atender,

[...] os anseios dos movimentos e organizações locais, auxiliando no desenvolvimento econômico, social e cultural, promovendo processos educacionais que motivem a permanência do jovem no campo com alternativas profissionais, econômicas, de lazer, promovendo maior qualidade de vida nas regiões de atuação da UFFS, em especial no Território Cantuquiriguaçu. (PPC, 2020, p. 09).

Buscando aproximar-se da comunidade, a pesquisa é um dos pilares do curso, assim como a extensão universitária, organizada no sentido de desenvolver projetos que possam ser alternativas para o desenvolvimento dos camponeses, indígenas desses locais. O regime de alternância³ favorece a intervenção nesse meio, seja no ensino, na pesquisa e na extensão, à medida que considera a comunidade e as situações problemas/questões da realidade como processos formativos.

A alternância possibilita a análise das questões advindas da realidade, essas são situações concretas vividas pelos estudantes e que afetam suas comunidades, mas

³ Regime de Alternância alterna os tempos pedagógicos do Curso em Tempo Universidade (TU), período que estão na universidade, com aulas dos componentes curriculares e o Tempo Comunidade (TC), destinado a pesquisa, a imersão na realidade, a realização de projetos e apreensão da realidade, sempre orientado por algum docente do Curso, que também participa dessa imersão na realidade.

também, é espaço para que essas questões sejam sistematizada, estudada e elencadas alternativas de intervenção. Nas palavras de Saviani (2013),

Daí decorre um método pedagógico que parte da prática social onde professor e aluno se encontram igualmente inseridos, ocupando, porém, posições distintas, condição para que travem uma relação fecunda na compreensão e encaminhamento da solução dos problemas postos pela prática social, cabendo aos momentos intermediários do método identificar as questões suscitadas pela prática social (problematização), dispor os instrumentos teóricos e práticos para a sua compreensão e solução (instrumentação) e viabilizar sua incorporação como elementos integrantes da própria vida dos alunos (catarse) (SAVIANI, 2013, p. 04).

As atividades realizadas no tempo comunidade, especialmente aquelas “[...] vinculadas às aulas presenciais dos diferentes componentes curriculares, primam pelo aprofundamento conceitual e teórico acerca das temáticas que perpassam a formação geral e específica do professor do campo” (PPC, 2020, p. 63). O documento sinaliza a indissociabilidade entre teoria e prática na práxis educativa almejada nos pressupostos da Educação do Campo e que ocorre na efetivação entre ensino, pesquisa e extensão.

O regime de alternância favorece a permanência dos estudantes em suas comunidades, isso tem possibilitado a inserção, além dos camponeses no curso, a significativa presença das populações indígenas da região, uma vez que como os Tempos na Universidades (TU), são alternados pelos tempo de passam na comunidade (TC) eles não precisam abandonar suas comunidades para estudar, mantendo o vínculo comunitário e com as organizações populares locais. (PPP, 2020).

O curso procura aproximar-se de uma perspectiva teórica-metodológica que parte da realidade dos acadêmicos, da construção e a reconstrução de conhecimentos e experiências produzidas no campo/comunidade e dos conhecimentos científicos aprendidos na universidade que são vivenciados de maneira integrada através do exercício da pesquisa e da articulação entre trabalho e estudo.

Assim, assumindo uma leitura crítica/progressista da realidade o curso fundamenta-se numa concepção fundada na materialidade, na histórica, na dialética e na cultura, com base na realidade objetiva, compreendendo que a transformação social implica em aprofundar as relações, as conexões e as contradições nela presentes na prática social e esse é um dos pressuposta da pedagogia histórico-crítica que tem um vínculo com os fundamentos da educação do campo.

4.2 A prática de ensino: estágios curriculares supervisionados no curso

Outro elemento central na prática pedagógica do Curso Interdisciplinar em Educação do Campo: Ciências Sociais e Humanas – Licenciatura é constituído pelos componentes da Prática Curricular ou os Estágios Curriculares Supervisionados. O PPC do curso prevê a realização de 5 estágios com o total de 405 horas, sendo que parte da carga horária deve ser executada no tempo universidade e parte no tempo comunidade/campos de estágios.

Os campos de estágios são compostos pelas escolas públicas do campo e/ou ligadas às comunidades rurais e também “[...] escolas do perímetro urbano dos pequenos municípios, cujos educandos provém do campo, [...] e ainda as escolas agrícolas e as escolas indígenas [...]”, bem como “[...] as comunidades camponesas, organizações educativas formais e informais que não estejam diretamente ligadas a processos escolares” (PPC, 2020, p. 59).

O estágio curricular supervisionado é de extrema importância por possibilitar aos futuros professores compreender a organização dos tempos e espaços escolares e sua conexão com a comunidade, ele deve ter “[...] como ponto de partida a realidade concreta do universo educacional atendido” (MARTINS, 2008, p. 45). Isso significa que, “[...] enquanto campo de conhecimento, o estágio se produz na interação dos cursos de formação com o campo social no qual se desenvolvem as práticas educativas. Nesse sentido, o estágio poderá se constituir em atividade de pesquisa” (PIMENTA; LIMA,

2012, p. 101).

Concordando com as autoras em relação ao papel do estágio como campo do conhecimento e como eixo articulador, percebe-se que o curso tem buscado assegurar aos futuros educadores o vínculo necessário para entender a prática docente dentro de uma prática social, com possibilidades práticas pedagógicas capazes de incidir na vida de seus educandos.

O PPC do curso aposta na alternância pedagógica exercitada nos estágios de forma que orienta a vivência de processos educativos reais, como exercício prático de apreensão das contradições das comunidades e das escolas camponesas, permitindo ao acadêmico formar-se como sujeito comprometido com seu meio social.

Embora os estágios constituam um dilema em grande parte dos cursos de licenciatura, é necessário avançar no sentido de torná-los, de fato, um eixo articulador dos demais componentes curriculares com o exercício de imersão na escola. Compreendendo a importância, as possibilidades e os limites da prática docente, os estágios poderão cumprir seu papel no exercício da formação dos educandos das escolas do campo. Para Saviani (2013),

Se os professores previamente compreenderem a historicidade do mundo atual, capacitando-se a identificar os componentes educativos nele albergados. A partir desse requisito estarão qualificados a trabalhar com os educandos os problemas postos pela prática social, propiciando-lhes o acesso aos instrumentos por meio dos quais atingirão o momento catártico em que os diferentes aspectos que compõem a estrutura social serão progressivamente elaborados na forma de superestrutura em sua consciência e incorporados como uma espécie de segunda natureza que conferirá uma nova qualidade à sua prática social (SAVIANI, 2013, p. 05).

No processo de articulação entre a realidade e a prática social parece haver uma possibilidade de superação entre a fragmentação do ensino teórico e prático (estágios), que pouco tem contribuído para formação de educadores comprometidos com a luta dos camponeses.

Ainda no que tange aos estágios do curso, é importante destacar que os componentes se propõem a exercitarem a interdisciplinaridade, uma vez que ela é considerada “[...] um referencial importante no trato da ciência e do conhecimento, [...] a relação ampla entre os saberes, entre o real concreto e a formação de educadores, deve responder às necessidades das comunidades onde as escolas estão localizadas” (PPC, 2020, p. 29).

Tais apostas do curso em questão permitem ao pesquisador verificar como o curso tem buscado se aproximar da materialidade do real e do método materialista, podendo apresentar elementos importantes na formação de educadores para as escolas do campo.

4.3 A extensão universitária: o programa da escola da terra

Antes de adentrar especificamente no programa cabe destacar a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão assumida pela UFFS no seu projeto institucional, isso é reproduzido no PPC do curso em questão, considerando a especificidade da educação do campo, como é possível observar,

A educação do campo parte de uma compreensão ampliada de ciência e do conhecimento, ele precisa servir à elevação da consciência de classe dos trabalhadores, sobretudo aqueles do campo. No campo e na escola do campo há saberes que extrapolam os limites da universidade, há um tipo de conhecimento, produto das relações e das condições locais, a ser sistematizado e que precisa ser considerado nas ações de pesquisa científica e extensão universitária (PPC, 2020, p. 28).

Embora a referência aqui seja a escola e os educadores do campo vale considerar que há um esforço coletivo de entender o campo em suas múltiplas dimensões, visto que os processos formativos estão intrinsecamente ligadas as questões produtivas, econômicas, sociais e culturais do meio rural de onde advém os estudantes.

Deste modo, podemos listar projetos desenvolvidos nas áreas de agroecologia, cooperação, no levantamento histórico, antropológico e sociológico das populações rurais e do seu modo de vida e também nos conflitos agrários que possuem uma grande expressão na região.

A articulação entre ensino, pesquisa e extensão embora seja algo anunciado em todo o PPC, alguns componentes remetem mais expressivamente a extensão universitária, sendo que nas fases iniciais do Curso o Seminário Integrador são componentes organizados para problematizar a relação entre Tempo Universidade e Tempo Comunidade e a educação do campo, a partir da quinta fase quando iniciam os Estágios Curriculares Supervisionados, estes assumem esse caráter de articulação e o seminário integrador é parte das atividades do componente (PPC, 2020).

Também, analisamos a extensão universitária como forma de aproximação entre a Educação do Campo e a Pedagogia Histórico-Crítica a partir do coletivo do Curso Interdisciplinar em Educação do Campo, Ciências Sociais e Humanas da UFFS, campus Laranjeiras do Sul, tendo por base alguns dos projetos e processos desenvolvidos na comunidade regional, dentre eles destacamos a formação continuada dos educadores do campo, no programa Escola da Terra.

Na articulação entre o tempo de formação inicial e a formação continuada, a extensão universitária ganha destaque considerando que ela passa a ser também uma devolutiva dos compromissos assumidos pela universidade com a comunidade regional. Dela participam professores da UFFS, professores de outras universidades parceiras, acadêmicos, professores, estudantes das escolas públicas e outros membros da comunidade escolar.

Nesse sentido vários projetos e programas de extensão vem sendo desenvolvidos, o Programa Escola da Terra é uma ação governamental, proposta a partir do Pronacampo⁴ e que resistiu as reformas neoliberais do último no Ministério de Educação. Em cada estado brasileiro o programa assume uma configuração, tendo como público alvo a formação continuada de educadores do campo, sobretudo aqueles que atuam nas escolas multisseriadas.

⁴ Conjunto de ações articuladas que asseguram a melhoria do ensino nas redes existentes, bem como, a formação dos professores, produção de material didático específico, acesso e recuperação da infraestrutura e qualidade da educação no campo em todas as etapas e modalidades - Decreto nº 7.352/2010.

No Paraná, a partir da UFFS, campus Laranjeiras do Sul, o Programa Escola da Terra trabalha e trabalhou na formação continuada de professores do Ensino Fundamental das redes municipais e estadual, nas escolas do campo, sejam elas as escolas multianos, escolas multisseriadas ou as escolas organizadas em ciclos de formação, que convencionamos chamar de Escola da Terra.

O trabalho extensionista dialoga com diferentes organizações curriculares, também diversos e distintos contextos, os acampamentos e assentamentos rurais, as comunidades camponesas, aldeias indígenas, ilhas do Paraná e os quilombos, de onde advém o público majoritário da graduação.

Durante as formações, efetuadas pela UFFS na Educação do Campo e no Programa Escola da Terra foi possível ser priorizado a articulação entre a concepção de campo e de produção da vida no campo, a função social das escolas camponesas e o papel dos professores nesses locais.

Deste modo, a formação continuada se coloca como uma estratégia para entender e criar ações que possibilitem a permanência desses sujeitos no campo, mas só avança com a vinculação aos movimentos sociais do campo, conforme descreve Ribeiro, (2011).

A formação continuada de professores partiu das contradições presentes no campo paranaense e como elas adentram as escolas. Assim, o trabalho de extensão se colocou no sentido de produzir contribuições para entender o Programa da Escola da Terra, que vai se forjando na conjuntura social, política e econômica.

Isso significa que a escola não se adapta a essa realidade, mas uma Escola da Terra ativa, que questiona, que dialoga com essa problemática e busca alternativas de superação. Dessa maneira mais que estabelecer modelos o programa se propôs a construir alternativas coletivas de superar os desafios demandados pelas escolas.

Esse é um exemplo de como tem se constituído a extensão universitária articulada pelo coletivo de educadores do Curso, visando a aproximação entre as questões concretas demandadas pelas comunidades camponesas e os conhecimentos historicamente

produzidos, nesse sentido a apreensão do saber, o exercício da práxis tem aproximados a educação do campo e a pedagogia histórico-crítica.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mediante aproximações entre a Pedagogia Histórico-Crítica, a Educação do Campo e o Programa Escola da Terra, desenvolvidos na UFFS, em Laranjeiras do Sul, no Paraná, este trabalho objetivou compreender a importância dessa pedagogia na sua aplicação nas escolas do campo, no curso de Educação do Campo e no Programa Escola da Terra.

A metodologia partiu de um estudo de caso, com viés qualitativo, com buscas nas referências bibliográficas e utilizando a técnica documental.

Também procurou-se responder a indagação a respeito da importância e da aplicabilidade da Pedagogia Histórico-Crítica no curso de Educação do Campo e no Programa Escola da Terra, desenvolvidos nessa universidade.

O resultado assegura a relevância e a atualidade desta pedagogia na sua imersão no curso de Educação do Campo – Ciências Sociais e Humanas, assim como na extensão com o Programa da Escola da Terra, desenvolvido para a formação contínua de professores que atuam nas Escolas do Campo.

REFERÊNCIAS

ARROYO, M. G. Apresentação. In: CALDART, R. S. **Pedagogia do Movimento Sem-Terra: escola é mais do que escola**. Petrópolis: Vozes, 2000.

BRASIL. **Edital de Seleção nº 02/2012- SESU/SETEC/SECADI/MEC de 31 de agosto de 2012**. Disponível em:
http://pronacampo.mec.gov.br/images/pdf/edital_%2002_31082012.pdf. Acesso em 20 fev. 2022.

CALDART, R. S. **Pedagogia do Movimento Sem Terra**. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

FRIGOTTO, Gaudêncio. A interdisciplinaridade como necessidade e como problema nas Ciências Sociais. **Ideação**, [S. l.], v. 10, n. 1, p. 41–62, 2010. Disponível em: <<https://e-revista.unioeste.br/index.php/ideacao/article/view/4143>>. Acesso em: 25 fev. 2022.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2009

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**. v. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

GRAMSCI, Antonio. **Escritos políticos**. v. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

LEITE, Sérgio Celani. **Escola rural: urbanização e políticas educacionais**. São Paulo: Cortez, 1999.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MARTINS, F. J. **Formação continuada de professores, MST e a escola do campo**. In. MARTINS, F. J. (Org). Educação do Campo e formação continuada de professores. Porto Alegre: EST Edições: Campo Mourão: FECILCAM, 2008. p. 65-82

ORSOLINI, Alba Valéria Penteado; OLIVEIRA, Sheila Fernandes Pimenta. **Estudo de caso como método de investigação qualitativa: uma abordagem bibliográfica**. Disponível em: https://pos.unifacef.com.br/_livros/Cultura_Desenv/Artigos/Alba_Sheila.pdf < Acesso em: 6 fev. 2022.

PALUDO, Conceição. **Educação popular em busca de alternativas: uma leitura desde o campo democrático e popular**. Porto Alegre: Tomo; Camp, 2001.

PIMENTA, Selma G.; LIMA, Maria S. L. **Estágio e docência**. São Paulo: Cortez, 2012.

PPC. Projeto Político Pedagógico – PPC N° 2/CCCSHLS/UFFS/2020. Disponível em <https://www.uffs.edu.br/atos-normativos/ppc/cccshls/2020-0002>. Acesso 20 fev.2022.

RIBEIRO, Marlene. Educação do Campo e Escola Ativa: contradições na política educacional no Brasil. **Educação em Revista**. Marília. v.12, n.2, p.23-40, Jul. Dez., 2011.

SAVIANI, D. **Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações**. 8ª ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2003.

SAVIANI, D. **A Pedagogia Histórico-crítica na Educação do Campo**. Texto apresentado na Conferência durante o II Seminário Nacional de Estudos e Pesquisas sobre Educação do Campo e IV Jornada de Educação Especial no campo – Educação do Campo: conteúdo e método. São Carlos, 16 de outubro de 2013.

VIGOSTKY, L.S. **A formação social da mente: O desenvolvimento dos processos psicológicos superiores**. Martins Fontes: São Paulo, 2007.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. Porto Alegre: Bookman, 2005.